

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA DE GESTÃO ECONOMISTA

RESPOSTAS ESPERADAS PRELIMINARES

RESPOSTAS ESPERADAS PRELIMINARES

O Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás torna públicas as respostas esperadas preliminares das questões da prova discursiva do concurso público para provimento de vagas do cargo de Analista de Gestão na função de Economista. Essas respostas serão utilizadas como referência no processo de correção. Respostas parciais também serão aceitas, e a pontuação atribuída corresponderá aos diferentes níveis de acerto.

ECONOMISTA

— QUESTÃO 1 —

Quando a receita marginal (RGM) é igual ao custo marginal (CMG) tem-se o nível de produção que maximiza o lucro da firma.

Considerando que a curva de demanda inversa do monopolista é $P=100-0,01Q$, então a receita total será $RT=P \times Q = (100-0,01Q) \times Q = 100Q-0,01Q^2$. Logo, a receita marginal do monopolista será dada por $RMG=100-0,02Q$. Agora, o custo marginal (CMG) é dado pela derivada primeira da função de custo, $CMG=50$.

No equilíbrio do monopolista:

1) $RGM=CMG$

2) $100-0,02Q=50 \Rightarrow Q=2.500$ é a quantidade produzida.

3) $P=100-0,01Q \Rightarrow P=100-0,01 \times 2.500=75$ é o preço.

4) $\pi = RT - CT = (75 \times 2.500) - (50 \times 2.500 + 30.000) = 187.500 - 155.000 = 32.500$ é o

lucro do monopolista.

— QUESTÃO 2 —

No início dos anos 1990, diante da crescente inflação e a inoperância de uma regra monetária num ambiente de moeda endógena fizeram com que vários países adotassem um novo modelo de combate à inflação, conhecido como regime de metas de inflação. Citam-se exemplos de países que adotaram o sistema de metas inflacionárias: Nova Zelândia (1990), Canadá (1991), Reino Unido (1992), Suécia e Finlândia (1993) e Brasil (1999).

No regime de metas, devem ser estabelecidos alguns arranjos institucionais que norteiam as expectativas e a credibilidade dos agentes no funcionamento do sistema. Assim, tais arranjos institucionais são: a) uma meta de inflação, baseada em um índice de preços amplamente divulgado, que seja explícita juntamente com os intervalos de tolerância, b) autonomia operacional do Banco Central; c) publicação e transparência no tocante aos relatórios, às atas e às reuniões e não cumprimento da meta; d) compromisso institucionalizado com a estabilidade de preços.

Neste contexto, a taxa de juros passou a ser o instrumento de política monetária juntamente com sistema de câmbio flexível. A ideia é que, no regime de metas, o Banco Central deva intervir na economia usando uma regra de política monetária. Por conseguinte, Taylor (1993) apresentou uma equação matemática, tida como a regra de política monetária. De uma forma geral, a literatura sobre a regra diz que a taxa de juros é função de dois hiatos, a saber: a) inflação atual em torno da meta e b) produto em torno do produto potencial. O autor não fez estimativas empíricas para a equação, ele apenas propôs pesos para o hiato da inflação e do produto. A regra ficou conhecida como a função reação do Banco Central.

Por fim, ao se considerar o regime de metas de inflação, a Regra de Taylor preconiza que o Banco Central deve aumentar a taxa de juros quando há uma elevação da inflação em torno da meta e aumento do crescimento do produto em torno do produto de pleno emprego da economia. Isto mostra que, no contexto das metas de inflação, a regra se sobrepõe às políticas discricionárias de combate à inflação.